

# O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NA ESTRUTURA URBANA: UM ESTUDO SOBRE SANTOS.

*Juliana Andrade Oliveira\**

**Resumo:** As análises sócio-demográficas da atual população idosa de Santos e o estudo da formação da própria cidade e sua organização em uma estrutura urbana demonstram que as localizações das áreas residenciais da população idosa de classe média (que corresponde a aproximadamente 60% dos idosos santistas) seguem a tendência principal da estruturação urbana consolidada historicamente: a da separação espacial das classes sociais. Como boa parte da população idosa aposentada atual tem rendimento garantido e melhor do que o das famílias jovens, consegue acompanhar a valorização dos setores residenciais em direção aos setores da classe de alta renda, sendo possível observar uma migração intra-urbana de aposentados. Ao mesmo tempo, famílias jovens ainda no começo do ciclo vital que trabalham em Santos são obrigadas a reforçar a migração para as cidades periféricas da Região Metropolitana da Baixada Santista, que ainda oferecem moradias mais viáveis financeiramente.

**Palavras-chave:** Estrutura urbana, Envelhecimento populacional. Santos.

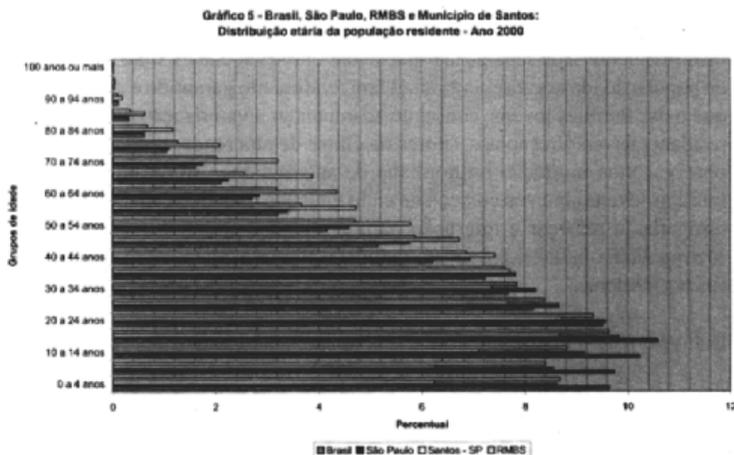
O objetivo deste texto que tem como base a pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado da autora (OLIVEIRA, 2007) é refletir sobre o envelhecimento populacional da cidade de Santos-SP e relacioná-lo com dinâmica da sua estrutura urbana. Para cumprir esse objetivo será necessário observar alguns dados sócio-demográficos da população idosa de Santos e sumarizar em linhas gerais o processo de formação da sua estrutura urbana. Sociologicamente, também as teorias de estrutura urbana de Burgess (1922/1925) e Hoyt (1939 e 1964) oferecerão uma perspectiva explicativa para analisar o crescimento e a organização da população no espaço interior da cidade.

O envelhecimento populacional define-se pelo aumento da participação das faixas etárias mais avançadas na estrutura etária da população. Pode ser resultante da emigração da população jovem em idade reprodutiva ou da queda das taxas de mortalidade, natalidade e fecundidade. No Brasil, o processo demográfico do envelhecimento populacional não é novo; acontece desde 1940, segundo Elza Berquó (1996), quando declina a taxa de imigração internacional. Porém, passa a ser notado e comentado pela mídia e pelo senso comum somente após a evidência do aumento do número de aposentados no país.

---

<sup>1</sup> Tecnologista da FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego. Mestre pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Rua Capote Valente, 710, Pinheiros, São Paulo-SP. Tel: 3066-6078. oliveju@terra.com.br

Se o envelhecimento populacional já é flagrante e consolidado no Brasil (Camarano, 2004) em Santos é mais intenso e particular, pois apresenta características singulares e destacadas nos níveis de grau de instrução e renda da sua população idosa<sup>1</sup>. Difere-se não só das estatísticas nacionais, mas também do envelhecimento populacional que se observa na sua própria região metropolitana. No espaço da cidade, ocupa os melhores setores residenciais. A comparação entre as distribuições etárias do Brasil, da Região Metropolitana de Santos (RMBS) e de Santos demonstram porque o fenômeno do envelhecimento populacional em Santos tem nossa atenção nesse texto:



**Gráfico 1 - Brasil, Estado de São Paulo, RMBS e Município de Santos:  
Distribuição etária da população idosa (percentual) - Censo Demográfico 2000 IBGE**

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Gráfico elaborado pela autora.

**Tabela 1**  
**População residente por grupos de idade (percentual)**  
**Brasil, Santos-SP e RMBS.**

<b>Grupos de idade</b>	<b>Brasil</b>	<b>Santos</b>	<b>SP RMBS</b>
0 a 4 anos	9,64	6,25	8,68
5 a 9 anos	9,74	6,26	8,39
10 a 14 anos	10,22	7,11	8,82
15 a 19 anos	10,57	8,68	9,64
20 a 24 anos	9,51	8,73	9,34
25 a 29 anos	8,16	7,67	8,36

<sup>2</sup> Assim como no Censo Demográfico, é considerada idosa a população acima de 60 anos.

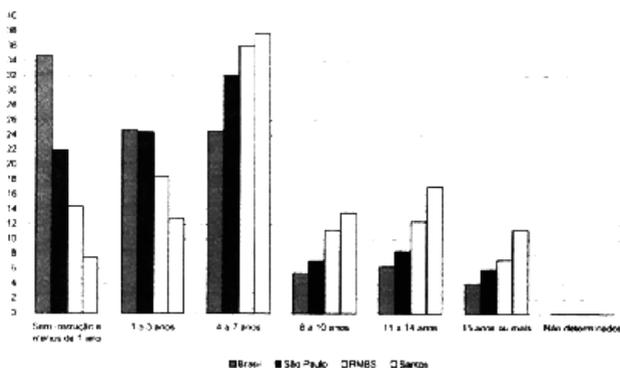
30 a 34 anos	7,67	7,35	7,84
35 a 39 anos	7,22	7,71	7,6
40 a 44 anos	6,21	7,41	6,86
45 a 49 anos	5,14	6,72	5,87
50 a 54 anos	4,16	5,77	4,71
55 a 59 anos	3,21	4,73	3,68
60 a 64 anos	2,71	4,37	3,18
65 a 69 anos	2,11	3,88	2,57
70 a 74 anos	1,62	3,21	2,02
75 a 79 anos	1,05	2,09	1,27
80 a 84 anos	0,61	1,17	0,67
85 a 89 anos	0,32	0,62	0,35
90 a 94 anos	0,11	0,19	0,1
95 a 99 anos	0,03	0,05	0,03
100 anos ou mais	0,01	0,01	0,01

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Elaboração da autora.

Os dados acima mostram como o número de idosos em Santos é proporcionalmente maior, mas mostram também um envelhecimento mais jovem que o de São Paulo e o do Brasil, com maior proporção de “jovens idosos” (entre 60 a 69 anos) em Santos. Isto significa que, a não ser que haja forte alteração no padrão da taxa de mortalidade ou de migração, a população idosa tende a persistir e a aumentar entre seus mais velhos (acima de 80 anos). Além disso, na tabela 1 vemos que as faixas etárias imediatamente anteriores (entre 40 e 60 anos) também se apresentam em maior proporção do que nas distribuições nacional e da região metropolitana, ou seja, a futura geração de idosos em Santos já é numerosa.

Não só em proporção, mas em status socioeconômico os idosos santistas se destacam. Estão com melhores índices de renda e grau de instrução que a população idosa tanto nacional, quanto estadual ou metropolitana, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000. Enquanto 60% no Brasil e 40% em São Paulo dos chefes de domicílio com mais de 60 anos têm rendimento entre meio e um salário mínimo, em Santos 47,2% tem rendimento entre três e dez salários mínimos, sendo que há ainda 25% com rendimento acima de dez salários mínimos, e 3% com rendimento acima de 30 salários mínimos. Quanto ao grau de instrução, também os idosos santistas estão em vantagem, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Brasil, São Paulo, RMBS e Município de Santos:  
Grupos de anos de estudos das pessoas de 80 anos ou mais responsáveis por domicílios particulares



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Gráfico elaborado pela autora.

### Gráfico 2 - Brasil, Estado de São Paulo, RMBS e Município de Santos: Grupos de anos de estudos das pessoas de 60 anos ou mais responsáveis por domicílios particulares

Nossa hipótese é a de que observar o processo de estruturação urbana de Santos pode nos dar pistas sobre as origens e as especificidades desse fenômeno sóciodemográfico. Afinal, seriam esses idosos de Santos a população residente que envelheceu e construiu, ela mesma, a estrutura urbana da cidade ou são, em parte, população idosa que chegou depois, proveniente tanto de outras unidades de federação, como da própria região metropolitana?

### Formação da população idosa santista

O estudo da formação da própria estrutura urbana da cidade enquanto o conjunto dos processos que organizam seu espaço intra-urbano demonstrará que o envelhecimento populacional que se observou é resultado dessa própria estruturação intra-urbana que adquiriu expressão urbano-regional. A análise dos dados da população de Santos dos Censos Demográficos do IBGE de 1970 até 2000 mostra um aumento contínuo na taxa de longevidade e queda na taxa de mortalidade. Isso indicaria um envelhecimento populacional “natural”, sem necessária entrada de migrantes<sup>3</sup> idosos ou saída de migrantes jovens.

No entanto, de acordo com a análise de Alberto Jakob, que em sua tese de doutoramento debruçou-se sobre a constituição urbana da Região Metropolitana da Baixada Santista, o envelhecimento populacional santista é resultante do comportamento passado dos fluxos migratórios que constituíram a população da região<sup>4</sup>. Jakob (2003) constata que o envelhecimento populacional de Santos já

<sup>3</sup> Considera-se migrante toda pessoa que reside numa cidade há menos de dez anos, conforme o conceito utilizado pelo IBGE.

vem desde 1980, quando 21% dos casais residentes estavam acima dos 60 anos de idade, e ainda, quase a metade dos casais residentes com idade média de 45 anos ou mais.

Ao recuperarmos a história da formação da cidade, observamos que Santos foi um dos primeiros municípios do Brasil a ser alvo de fortes surtos de migração: primeiro a migração internacional na época do intenso comércio do café, entre fins do século XIX e começo do século XX. Depois, nos anos 1950 e 1960, a migração interna (intra-estadual, interestadual, em sua maioria nordestinos provenientes do êxodo rural e intrametropolitana) com a demanda de força de trabalho das empresas de construção civil que erguiam os prédios da orla da praia, e ainda a demanda de força de trabalho para o complexo industrial de Cubatão, cidade que não tinha infraestrutura suficiente para abrigar a mão de obra qualificada.

Contudo, Santos foi também o primeiro município na sua região a diminuir essa migração e o primeiro a ter saldos cada vez menores na migração intrametropolitana (“expulsando” população para os municípios vizinhos). Já a partir de 1980 a cidade passou a receber menos gente do que mandava para fora. E os poucos que ainda chegavam eram mais velhos do que os emigrantes, constituindo migração de retorno daqueles que, depois de certo período de trabalho, podiam melhorar suas condições residenciais, deixando os municípios periféricos<sup>5</sup>, ou, dito de outra forma, como num processo metropolitano de sucessão entre zonas urbanas, como veremos. Já na década de 1980 a população migrante era envelhecida em relação à das décadas anteriores.

Neste estudo dividimos os municípios da RMBS em dois grupos: os municípios centrais (Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Guarujá e Bertioga) e os municípios periféricos (Perufbe, Itanhaém e Mongaguá), divisão utilizada por Carriço (2002) e Jakob (2003). Esses dois grupos diferenciam-se não só pela localização geográfica, mas também pelos índices sócio-econômicos de suas populações (os periféricos estão em desvantagem) e conseqüentemente, no modo de circulação de pessoas, que freqüentemente deixam e retornam aos seus municípios diariamente para trabalhar. Pode-se dizer que a área urbana regida pela estrutura urbana de Santos compreende todos os municípios centrais, com exceção de Bertioga, já mais distante para deslocamentos diários.

De fato, a observação dos movimentos da força de trabalho como ponderou Manuel Castells em *Questão Urbana* (2000) ajudou a explicar a constituição de uma estrutura urbana metropolitana. O franco crescimento dos municípios periféricos

<sup>4</sup> Os dados que serão apresentados a seguir foram elaborados por este autor com base no exame dos Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e alguns dados do Censo 2000, do IBGE. Nas tabelas e gráficos mostrados anteriormente a sigla RMBS inclui dados do município de Santos, excetuando-se o gráfico 4.

<sup>5</sup> Quando mencionamos a migração de retorno (quando o migrante retorna ao seu município de nascimento) não estamos pensando em migrantes aposentados, mas assim em famílias que ainda estão no meio de seu ciclo vital cujo chefe ainda tem menos de 35 anos, como estudou Cunha (1994). Para Jakob (2003) “a migração de retorno não apresentou nenhum impacto significativo no processo de envelhecimento populacional observado no município de Santos” (p.120).

que se deu na década de 1980 ao longo das rodovias Pedro Tâques (atual Padre Manuel da Nóbrega) e Piaçanguera-Guarujá (atual Cônego Domenico Rangoni) ofereceu novas oportunidades de trabalho e residência e atraiu os fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais. Os fluxos migratórios das famílias jovens, tanto intrametropolitanos, como na intraestaduais e interestaduais (nordestinos) passaram a se concentrar nesses municípios, e não mais em Santos, já com urbanização consolidada e custo das habitações cada vez mais alto. Isso fez com que a população que permanecia em Santos fosse cada vez mais envelhecida em relação à que saía e a que deixava de receber.

Também a observação do perfil da estrutura ocupacional da população das cidades da RMBS elaborado por Jakob (2003), nos mostra os indícios de um envelhecimento populacional pioneiro em Santos. Desde o período de 1959 a 1970 que em Santos é mais alto o número de empregadores, aposentados e pensionistas, sobretudo na população residente. Enquanto a média da RMBS nesse período era de 4,7% de população aposentada, Santos já dispunha de 6%. Comparando com os municípios centrais da RMBS, Santos estava bem acima, pois São Vicente possuía 4%, Praia Grande 3,6% e Guarujá 1,9% de população aposentada nesse período, em média.

O crescimento do número de aposentados em relação às outras categorias de ocupação (empregado e empregador) já na década de 1960 se explica, ao nosso ver, também pelo fato de a força de trabalho em Santos ter sido uma das mais antigas do país formada por um sistema capitalista de produção. Desde cedo Santos contou com uma classe trabalhadora operária portuária, antes da abolição da escravatura<sup>6</sup>. Foram os portuários uma das primeiras categorias profissionais a garantir, entre outros, o direito à aposentadoria especial, que é de 25 anos de trabalho, e não 35 para homens e 30 para mulheres.

Foi no ano de 1960 justamente que foi promulgado o Decreto Nº. 3087, que permitia que se aposentassem os trabalhadores submetidos a condições insalubres, penosas ou perigosas, segurados pela previdência social há pelo menos 25 anos e com 50 anos ou mais de idade. Em 1964 o Decreto Nº. 53.831 de 25 de março especificava as categorias profissionais que teriam direito a aposentar-se com 25 anos de contribuição, a chamada aposentadoria especial. Dentre elas, muitas que em Santos eram numerosas como os trabalhadores portuários (estivadores, conferentes, motorneiros), operários de construção de navios, pescadores, trabalhadores em metalúrgica e siderurgia e outros. Por isso, já na década de 1960 Santos podia destacar-se com alto número de aposentados<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Sobre esse assunto recomendamos a obra de Gitahy (1992), que analisou profundamente a formação da classe operária santista e o porto.

<sup>7</sup> Em 1968 esse decreto foi revogado, e depois, em 1979 regulamentado novamente, como explica Freitas, 1998. Depois de muitas alterações quanto às exigências para que o trabalhador tenha o direito ao benefício (como o tempo de exposição aos agentes prejudiciais, por exemplo) a legislação em vigor continua beneficiando (ainda que de maneira dificultosa ao trabalhador) as categorias mencionadas.

Assim, se nas décadas anteriores Santos já apresentava mais aposentados que os outros municípios da região, em 1980 essa proporção continua aumentando: 11% de aposentados entre a população residente, correspondendo já a mais de 30.200 pessoas. Entre a população total (contando também os migrantes), os aposentados eram 9,8% em 1980. Em 1991, já são 13%, correspondendo a 47.300 pessoas.

Jakob nota que até entre os que chegam à cidade o número de aposentados cresce; tornam-se quase quatro vezes mais entre os anos 1960 e 1970: de 2,4% na década de 1960, para 9,1% da população migrante na década de 1970, e aumenta para 13,2% no período entre 1981 e 1991. A proporção de aposentados é sempre mais alta entre os não migrantes, mas devemos lembrar que os aposentados migrantes do período de 1959 a 1970, no Censo de 1980 já são considerados não migrantes, a não ser que tenham saído de Santos, o que é pouco provável, dado o número maior da população. Assim, no estudo de Jakob também foi avaliada a hipótese da entrada de migrantes idosos para explicar o aumento do número de idosos na cidade. Mas quanto a isso, o autor apontou que a migração idosa não-metropolitana foi mais sentida nos municípios periféricos da RMBS (10,8% em Itanhaém e 14,6% em Mongaguá) do que nos centrais. A exceção entre os municípios centrais foi Praia Grande, o único a ter taxa expressiva de migração não-metropolitana de idosos (12,8%).

Nos anos seguintes, de 1981 e 1991 a participação dos aposentados na estrutura ocupacional de Santos continua a crescer, especialmente entre os não migrantes. Para o autor “significa envelhecimento de sua população, em grande parte devido ao seu alto volume de emigrantes [adultos e jovens] que se dirigem para São Vicente e Praia Grande” (JAKOB, 2003, p.101).

O exame dos arranjos familiares do migrante também revela a desconcentração espacial da região com aumento da segregação espacial em Santos. O número de casais com filhos (família nuclear) que chegavam era cada vez menor, em detrimento de casais sem filhos ou de indivíduos sozinhos procurando trabalho. Os casais com filhos migrantes foram mais observados em Vicente de Carvalho, distrito de Guarujá próximo à Santos, e tinham menor poder aquisitivo do que os casais com filhos residentes em Santos. Ou seja, já nos anos 1970 as famílias jovens não conseguiam estabelecer-se em Santos, quando as habitações de segunda residência (para veraneio) encareceram ainda mais a orla da praia e os espaços próximos a ela, aumentando a pressão imobiliária que acompanhou historicamente o crescimento do município.

De um modo geral, entre 1959 e 1970 a migração causou o aumento do espaço urbanizado da RMBS, desconcentrando-se cada vez mais dos municípios centrais. Por outro lado, tornou-se cada vez mais definida quanto à origem e destino dos migrantes, concentrando os migrantes intra-metropolitanos em Praia Grande, que passou também a receber mais migrantes nordestinos. Santos recebia migrantes de outros estados e do interior do estado de São Paulo predominantemente na década de 50, começando a perder população para municípios vizinhos já na década

de 1970. Na década de 1980 o fluxo de migração intrametropolitana de Santos para outros municípios da região já estava consolidado, e na década de 1990 seu saldo migratório (que leva em conta todas as trocas migratórias, tanto as intrametropolitanas quanto as intra e interestaduais) chegava a níveis negativos.

A partir da década de 1980 é possível considerar que se inicia em Santos uma nova dinâmica demográfica, que acompanha o momento sócio-econômico do município e acentua alguns processos de estruturação urbana relacionados à segregação residencial e à periferização da classe de baixa renda. Nessa década, além de diminuição da entrada de migrantes, começou a crescer o número de pessoas procurando trabalho em Santos (desempregadas). O filão dos edifícios de veraneio já tinha se esgotado e o porto passava por redução de postos de trabalho, com a containerização<sup>8</sup>. Como vimos nos parágrafos anteriores, o número de aposentados em Santos já era maior que o das outras cidades da região desde 1959, e o peso dessa faixa da população aumentava, à medida que diminuía a proporção daqueles que trabalhavam.

A década 1990 continuou a retração no mercado de trabalho decorrente do declínio da função turística e da diminuição das atividades do setor da construção civil. As indústrias, ao invés de empregar, passaram por processos de privatização e reestruturação produtiva, diminuindo postos de trabalho e terceirizando parte do processo de produção. Houve queda do poder aquisitivo de boa parte da classe média, que trabalhava nas estatais recém privatizadas (COSIPA, Telesp, Fosfertil/Ultrafertil). Nesse período aumentou a migração intrametropolitana de Santos para outros municípios da RMBS, principalmente de famílias jovens dirigindo-se para Praia Grande. Entre 1991 e 1996 a população total da cidade decresce (de 417.450 habitantes em 1991, para 412.243 em 1996) e o saldo migratório torna a ser positivo nos anos seguintes somente em níveis de reposição de população. Ainda de acordo com o censo de 2000, a taxa de crescimento demográfico da RMBS ficou em 2,13% enquanto a de Santos foi de -0,29% e a de Praia Grande, foi de 5,01% (JAKOB, 2003).

Desde os anos 1950, a parte da cidade que mais cresceu, tanto em população como em expansão urbana foi a Zona Noroeste, de ocupação residencial mais pobre e recente. Sabemos que nos anos 1990, de acordo com os Sumários de Dados de 1992, produzidos pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Santos, a Zona Leste foi a que menos cresceu em termos populacionais. De acordo com a

---

<sup>8</sup> A introdução dos contêineres (grandes caixas de aço que comportam até 50 toneladas de carga das mais variadas mercadorias, de roupas a equipamentos eletrônicos) reduz o número de trabalhadores necessários para descarregar e carregar navios, trabalho feito agora por uma equipe (chamada de "terno") de somente cinco trabalhadores e um guindaste. Nos tempos do café embarcado em sacas, essa equipe envolvia cerca de 50 trabalhadores entre conferentes, consertadores de carga, trabalhadores de bloco e trabalhador es de capatazia (OLIVEIRA, 2000, p.30 in DIÉGUEZ, Carla. M.A.D, Relatório de Qualificação "De Carregadores a Multifuncionais: a nova identidade do trabalhador do Porto de Santos", São Paulo, dezembro de 2005, no prelo.

análise de Carriço (2002) sobre as plantas genéricas<sup>9</sup>, os terrenos da Zona Noroeste, embora sempre mais baratos que os da orla, estão em valorização constante. No mesmo período analisado (de 1960 até 2000) o autor notou uma proliferação dos cortiços, mesmo com a construção de apartamentos populares pela Companhia de Habitação de Santos (COHAB-Santos). O solo santista tornava-se cada vez mais valorizado, enquanto sua população perdia, a partir de meados dos anos 1970, oportunidades de emprego e de aumento da renda. Ao nosso ver, podemos concluir que a dinâmica da estruturação urbana santista adquiriu contornos urbano-regionais tornando-se metropolitana, e uma das conseqüências desse processo foi o envelhecimento do núcleo dessa grande área urbana: o próprio município de Santos.

Mergulhando no enfoque intra-urbano, descobrimos que a maior parte da população idosa santista está concentrada nos bairros da orla da praia, sobretudo nos mais valorizados economicamente: Boqueirão, Embaré e Aparecida. Ao longo do texto veremos um conjunto de mapas elaborados por Jakob (2003) e pelo Núcleo de Estudos Socioeconômicos da Universidade Santa Cecília que mostra a distribuição residencial da população idosa em Santos, tanto das residências nas quais eles são chefes de domicílio (que inclui aqueles que moram sozinhos), quanto nas que eles apenas moram com outras pessoas. A tabela logo a seguir mostra a distribuição por zoneamento municipal das pessoas com mais de 60 anos em Santos. Pode-se notar que a população idosa, e principalmente a mais longeva, concentra-se na Zona Leste, a que abriga os bairros praianos e as áreas residenciais de classe média.

**Tabela 2**  
**Pessoas residentes por grupos de anos de idade e zona - Santos-SP 2000**  
**(habitantes)**

Bairros	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 ou mais anos
Zona Leste	14.908	13.459	11.493	7.604	7.609
Zona Noroeste	2.598	2.112	1.483	885	722
Morros	710	589	409	237	210
Santos Ilha	18.216	16.160	13.385	8.726	8.541
Santos Continente	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>18.216</b>	<b>16.160</b>	<b>13.385</b>	<b>8.726</b>	<b>8.541</b>

**Fonte: IBGE - Censo – 2000**

Dados processados pelo NESE - Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos da UNISANTA

<sup>9</sup> As plantas genéricas são produzidas por arquitetos contratados pela prefeitura para saber o preço médio dos terrenos. São utilizadas pela prefeitura para estabelecer o valor dos terrenos sobre os quais incide a cobrança de impostos.

Qual a lógica organização dessa população no espaço que faz a população idosa santista permanecer ou alcançar os melhores setores residenciais da cidade? Uma análise da organização da população na cidade distribuída em classes sociais numa estrutura urbana pode nos ajudar a refletir sobre essa questão. O conceito sociológico de estrutura urbana nos aparece, assim, como um recurso a ser utilizado na observação dos processos sociais (processos econômicos, culturais, políticos, e suas articulações com o território) que movimentam e constituem a cidade como um todo de partes interligadas. Nos limites deste texto, propomos recuperar esse conceito elaborado inicialmente na Escola Sociológica de Chicago e relacioná-lo com as localizações residenciais dos idosos em Santos. Com isso, esperamos contribuir para mais uma interpretação de como se refletiram espacialmente os processos sociais que formaram a estrutura social capitalista brasileira, observada numa pequena parte em nosso estudo sobre a cidade de Santos.

### **O conceito de estrutura urbana e a cidade de Santos<sup>10</sup>:**

O impressionante crescimento que a cidade de Chicago experimentou em fins do século XIX e início do século XX trouxe a emergência de problemas sociais diversos e novos para uma sociedade até bem pouco tempo antes predominantemente rural. Motivados por esse novo cotidiano, Ernest Burgess e Robert Park lideraram e produziram os primeiros estudos urbanos, que num primeiro momento mantiveram-se na perspectiva da ecologia humana, mas que depois deram bases para o surgimento da própria Sociologia enquanto disciplina nos Estados Unidos.

A idéia de utilizar o conceito de estrutura urbana para analisar a cidade foi criada por Ernest Burgess e aperfeiçoada pelo economista Homer Hoyt. De maneira resumida serão expostos os pontos fundamentais que constroem uma teoria de estrutura urbana aplicável a cidades capitalistas. Tal conceito é o mesmo que dá bases ao estudo de Villaça (1998) sobre o espaço intra-urbano no Brasil e a estruturara urbana das metrópoles brasileiras.

A teoria de Burgess da estrutura urbana partiu de princípios ecológicos sobre a organização dos seres vivos em sociedade (processos de competição, assimilação, acomodação etc.<sup>11</sup>) e da observação de que havia padrões da distribuição das vizinhanças na cidade. Burgess observou que os padrões de organização física e moral da cidade se modificavam à medida que se afastavam do centro, como se os conjuntos de comunidades e vizinhanças formassem zonas urbanas concêntricas, que se sucederiam fazendo a cidade se expandir radialmente, por processos de *invasão*, *expansão* e *sucessão* de uma zona urbana sobre outra. Resumidamente, Burgess cria uma representação gráfica que condensa o conceito

<sup>10</sup> Neste texto o que foi feito já de maneira breve na dissertação será ainda mais abreviado aqui. O objetivo dos dois próximos tópicos é tão somente situar e embasar nossa hipótese sobre ao contexto estrutural-urbano do envelhecimento populacional. Para conhecer melhor a formação da estrutura urbana de Santos, recomendamos o exame das obras citadas a seguir.

<sup>11</sup> Sobre isso, ver Park & Burgess, (1921) e em português, Pierson (1981).

de *estrutura urbana como uma construção de um tipo ideal* de um esquema de expansão da cidade, como mostra a figura a seguir:

Carta I: "O crescimento da cidade: as zonas urbanas"  
(extraído de Burgess 1925:51)

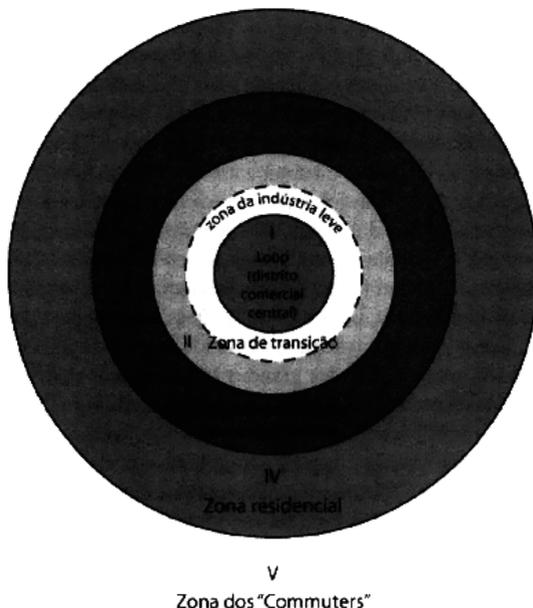


Figura 1: Representação gráfica da estrutura urbana elaborada por Burgess em 1922.

Figura extraída de Eufrásio, 1999, p.81.

Nesse esquema de zonas urbanas que se sucedem, o centro é a primeira zona circular, chamado de CBD ou *Loop (Central Business District*, que significa Distrito Comercial Central). Nessa área está a primeira e maior região de comércio e negócios da cidade e as estações ferroviárias (na época da formulação desta teoria os carros não eram populares, nem ônibus, mas sim os bondes). Segue-se a esse primeiro círculo uma segunda zona, chamada de "Zona de Transição", pois é uma zona residencial, contígua ao centro, que também contém comércio e fábricas. Com o passar do tempo, e com a expansão do centro, a Zona de Transição vai se tornando cada vez mais comercial, favorecendo a deterioração física dos edifícios, a delinqüência, predominando geralmente casas pobres e cortiços que abrigam os imigrantes de primeira de fixação, que precisam morar perto do trabalho (as fábricas de manufatura, ou no nosso caso santista, o grande empregador que era o Porto).

Comunidades étnicas compõem essa zona, como a *Chinatown* (chineses), a *Little Sicily* (italianos), o *Ghetto* (judeus), no caso de Chicago. No caso da cidade de São Paulo, nosso exemplo mais próximo de Chicago, seriam os bairros do Bexiga e da Mooca (concentrando imigração italiana), o bairro da Liberdade (de imigração japonesa, chinesa e coreana) e o bairro do Bom Retiro (concentrando primeiramente imigração judaica, depois coreana e recentemente boliviana).

Imediatamente após está a Zona 3, a “Zona da Casa dos Trabalhadores Independentes”, na qual habitam os imigrantes que ascenderam social e economicamente, desejam habitações melhores e mais distantes da sujeira e do barulho da Zona de Transição, mas ainda não podem ficar muito longe do local de trabalho. Afastando-se mais ainda, sempre radialmente, encontramos a “Zona das Melhores Residências”, formada por edifícios de apartamentos de “uma só família”, ao contrário dos prédios de cortiço da Zona de Transição que abrigam várias famílias num só domicílio, como os cortiços santistas de fins do século XIX. Nessa zona - que recebe aqueles que estavam na zona anterior e ascenderam ainda mais economicamente - já se encontram bancos, salões de beleza e restaurantes um pouco mais requintados, formando pequenos centros comerciais de importância regional, que Burgess chamou de “*loops* satélites”.

Por último, já nos limites territoriais da cidade, a quinta e última, a Zona dos *Commuters*, onde estão as mansões das grandes famílias ricas matricêntricas, que tem bons carros, podendo trabalhar nas localizações centrais da cidade e habitar distante delas, na tranquilidade das áreas verdes. Normalmente a Zona dos *Commuters* já se encontra fora dos limites administrativos da cidade central, mas está perto das vias de acesso. Mesmo que não haja mais território na metrópole, a expansão adentrará cidades vizinhas, tanto para dar lugar para a Zona dos *Commuters*, como para abrigar aqueles que não acompanharam a valorização econômica das residências internas. De certa forma, podemos considerar que Burgess indica que a última zona é a que dá a direção da expansão, ao ser seguida pelas outras. Essa vocação direcionadora da classe de alta renda (que é quem ocupa a Zona dos *Commuters*) será recuperada e enfatizada por Hoyt.

Burgess, com o conceito de estrutura urbana, visava também fazer considerações acerca da expansão como *processo*, como diz o título da segunda seção de seu artigo. O primeiro deles é chamado de *invasão*, que consiste na chegada de um contingente populacional numa zona urbana provocando a sua invasão na outra zona mais exterior. Burgess referia-se, naquela época, às grandes massas de imigrantes chegando à cidade e fixando-se concentrada e primeiramente na zona central. À medida que ascendem economicamente e começam a adquirir outros costumes, mudam-se para a zona urbana seguinte, ocupando as habitações deixadas pelos grupos que residiam ali anteriormente e que também se mudaram para a zona seguinte<sup>12</sup>. Esse processo de *sucessão* de grupos populacionais em zonas urbanas

---

<sup>12</sup> O bairro do Bom Retiro, em São Paulo, é um exemplo: inicialmente foi ocupado por judeus, depois coreanos e recentemente bolivianos, como mostra a pesquisa de Marcela Rufato exposta no 32º Encontro Nacional do Centro de Estudos Rurais e Urbanos em 2004.

impulsiona a classe da zona mais externa a procurar outros terrenos, pois o local onde estavam já começava a adquirir características indesejadas. As zonas vão, assim, crescendo e mudando de terreno. Onde antes era considerada área essencialmente residencial, com o passar do tempo, passa a ser comercial e central.

É preciso lembrar o momento histórico em que esta teoria foi concebida, que foi o começo do século XX, época, nos Estados Unidos, de construção das grandes cidades, de superprodução (período anterior à crise de 29) e chegada de muitos imigrantes europeus que fugiam da Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, essa teoria é melhor aplicada para explicar a formação das cidades nessa mesma época no Brasil. No caso de Santos, entendemos que a aplicação é válida, pois nesta mesma época a cidade crescia com os avanços da produção do café, recebendo também grande contingente de imigrantes e passando pelos mesmos processos sociais apontados por Burgess.

Homer Hoyt, em 1939, ao realizar um estudo analisando os padrões de uso do solo de algumas cidades americanas para o Departamento Federal de Habitação dos Estados Unidos, adaptou os melhores estudos daquela época e criou um esquema próprio de interpretação e esquematização da expansão das cidades.

Assim como Burgess, Hoyt também utilizou uma representação gráfica dos movimentos das vizinhanças, no qual a cidade é considerada um círculo e as várias vizinhanças situando-se em setores que se deslocam em um vetor que parte do centro desse círculo às extremidades. Mas ao invés de zonas concêntricas ocupando toda a coroa de um círculo e representando “áreas naturais” - como quer a teoria ecológica - Hoyt delimita setores dentro dessas coroas de círculo, que correspondem às vizinhanças, definidas, por sua vez, por categorias de renda.

O autor observa, então, como ao longo do tempo as vizinhanças vão se deslocando para outra área, sempre em direção à localização onde estão as residências de alta renda, que por sua vez, vão se afastando em fuga da deterioração física e social e em busca dos melhores sítios geográficos. Dessa forma, as categorias de renda vão ficando mais baixas à medida que nos aproximamos do centro.

A expansão da cidade é, assim, direcionada pela classe de alta renda, pois é no rastro dela que vão as outras áreas residenciais, assim como as lojas e os serviços de preços mais elevados. Mas essa aproximação se dá na trajetória de um vetor, e não radialmente. Em primeiro lugar, porque a própria área residencial de alta renda, ao movimentar-se, acompanha uma via de trânsito rápido; apesar de se afastar do centro, não abre mão de um acesso rápido a ele. Em segundo, porque as classes que conseguem aproximar-se da classe de alta renda não estão em número populacional suficiente para ocupar toda a coroa do círculo, ocupando também apenas um setor, beneficiando-se das instalações abandonadas.

Mantendo a direção da expansão, as classes de alta renda comumente só podem se movimentar para frente, e não para os lados, pois geralmente ao lado já se instala uma classe de renda intermediária, e assim, os terrenos disponíveis acabam sendo os que ficam à frente. As classes médias não se adiantam em ocupá-los porque são terrenos antecipadamente reservados por incorporações imobiliárias,

que cobram o preço que só a classe de alta renda pode pagar (Hoyt, 1939 in Eufrásio, 1999:217). Outro fator que pode restringir a ocupação das terras laterais são barreiras naturais, como morros, rios, lagos, o mar, ou um terreno pantanoso, etc. Em Santos a classe de alta renda forneceu a direção da expansão deste o início, como veremos na seção a seguir, mas em Santos não houve expansão por sucessão em zonas urbanas porque não havia terreno habitável suficiente disponível. Assim a classe de alta renda, para fugir da deterioração do centro, atravessou as planícies alagadiças e foi direto ao outro lado da Ilha de São Vicente, a orla sul da praia, sendo esta, até hoje, ainda a área residencial mais valorizada.

O que faz dessa teoria adequada para o caso de Santos, e bem utilizada por Flavio Villaça (1998) para as metrópoles brasileiras, é que ela destaca fatores essenciais à estruturação de cidades capitalistas, ou seja, qualquer cidade que tenha classes proprietárias e classes trabalhadoras com necessidades de deslocamento e disputando espaço entre si, pode ser analisada à luz dessas formulações, sempre considerando que são proposições típico-ideais, e não esquecendo as peculiaridades físico-territoriais de cada espaço, como já dizia Burgess em 1922/1925.

A introdução do automóvel muda significativamente a estruturação das cidades, reduzindo a importância da proximidade com o centro para a classe média e de alta renda. Considerar o aumento populacional e o acesso aos bens como fatores importantes de organização das classes sociais no espaço é essencial para explicar as cidades latino-americanas, habitadas por trabalhadores, consumidores, desempregados, todos disputando, sob condições desiguais, o melhor espaço para residir e transitar. Por outro lado, o conceito de estrutura urbana, nascido da corrente ecológica, iniciou essa reflexão, dando o caminho para que Hoyt chegasse a essas conclusões. Como já assinalamos, o esquema pioneiro proposto por Burgess 1922-25 não deve ser descartado, pois é o que explica a formação da primeira configuração estrutural de uma cidade capitalista em expansão. Pensar conceitualmente a cidade como organizada em uma estrutura urbana pode ajudar a entender a sua reprodução social e como ela própria é o reflexo dos processos que estruturam a sociedade. Vejamos como a formação de Santos pode ser compreendida sob esse mesmo prisma.

### **Breve retrospecto sobre a formação do espaço intra-urbano santista**

Santos foi um dos primeiros núcleos urbanos do Brasil Colônia, pois possuía um amplo estuário com livre comunicação para o oceano e, ao mesmo tempo, um sítio urbano mais resguardado, com melhor acesso para o planalto paulista. Esses aspectos geográficos fizeram com que, já em 1546, a Vila de Santos suplantasse a Vila de São Vicente (inaugurada em 1532), tornando-se o porto preferido para importação de manufaturas e exportação de cana de açúcar.

No início do século XIX a ocupação urbana privilegiou os terrenos à beira-mar, pois eram os melhores para o comércio de importação de manufaturas e a tímida exportação de açúcar. Contudo, quando o café começou a ser exportado pelas

fazendas do interior paulista e mineiro, a cidade passou a crescer em direção ao planalto. Essa direção mudou novamente quando começou a funcionar, em 1867, a ferrovia São Paulo Railway, que eliminava a parada das tropas muares em Cubatão. O intenso comércio do café faz a cidade encher-se de migrantes para trabalhar no porto, mas com território pequeno, poucas habitações e clima úmido reproduziam-se péssimas condições de higiene. A cidade era insalubre, com muito lixo a céu aberto, o que facilitava a propagação de epidemias, sobretudo a de febre amarela, que matou metade da população da cidade no ano de 1872. Era necessária uma reforma urbana ampla que tornasse viável o crescimento da cidade, que acontecia a qualquer custo.

O primeiro a receber intervenções foi o porto, que perdeu seus trapiches<sup>13</sup> e ganhou um cais, não sem muita resistência dos comerciantes locais, donos dos trapiches. Depois, com altos investimentos da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo, foram construídos de sete canais de drenagem das águas pluviais e dos ribeirões, os famosos canais projetados por Saturnino de Brito que livram até hoje a cidade de enchentes. Houve também o aterramento das planícies alagadiças e pantanosas que constituíam a maior parte do espaço entre o centro e a orla da praia, antes desprezadas, abrigando famílias paupérrimas e depois disputadas para residência da nascente classe média e proprietária. Depois foi possível, então, a implantação de linhas de bonde.

Estudos da História Social como os de Lanna (1996), Gitahy (1992), o recente artigo de Carriço (2006) e outras obras da literatura santista nos dão as pistas de como essas reformas urbanas foram utilizadas para separar especialmente as classes sociais que se formavam: as classes perigosas (os operários do porto) a classe de alta renda (os negociantes do café e os proprietários das poucas edificações e terrenos), e a nascente e crescente classe média (os funcionários da poderosa Companhia Docas Santista (CDS) e os proprietários de pequenos estabelecimentos de serviços, como as casas de pastos.

A forma como foi realizada a reforma urbana santista demonstra que, apesar da necessidade do capital cafeeiro e da CDS em poder contar com o porto no qual haviam antes investido tanto, a classe de alta renda da cidade também agia na mesma direção, interferindo no processo quando lhe interessava (o plano urbanístico de Saturnino de Brito sofreu fortes intervenções para poupar ou privilegiar terrenos de propriedades privadas). Convergiram os interesses do Governo do Estado de São Paulo em manter o Porto de Santos como saída para a exportação de café, facilitando a sua venda e a chegada da sua força de trabalho (imigrantes), com os interesses da CDS que queria ampliar o cais e a capacidade do Porto para auferir mais lucros e recuperar o dinheiro já investido, e os interesses dos empreendedores imobiliários e da Associação Comercial, esta última, muito ligada ao comércio do café, pois era composta de negociantes locais que ofereciam serviços de corretagem e agenciamento de compradores de café no

---

<sup>13</sup> Pontes de madeira que alcançavam as grandes embarcações. Eram os únicos meios para carregar e descarregar mercadorias.

<sup>14</sup> Outros portos faziam concorrência com o Porto de Santos, como o Porto de São Sebastião e o do Rio de Janeiro, mas o Porto de Santos era o preferido porque possuía boas vias de escoamento da produção (a moderna ferrovia São Paulo Railway). Entretanto, as epidemias começavam a torná-lo um lugar a ser evitado.

exterior. O porto deixando de ser o preferido para esse comércio<sup>14</sup>, logo esses negócios se acabariam. E os empreendedores imobiliários, por fim, precisavam de outras terras para continuar ganhando dinheiro com a exploração do solo.

As reformas urbanas marcam esse início da separação espacial das classes sociais em Santos por meio da segregação residencial. Além de ampliar a infraestrutura portuária e urbana e disciplinar e cercear o uso do espaço público, ajudaram a delinear uma *estrutura urbana*, ou seja, uma lógica de crescimento da cidade e de organização das classes sociais no seu espaço, como assinalou Burgess (1922-25, 1929), e depois Hoyt (1939). À medida que se formava um modo de vida capitalista predominantemente urbano com a formação das classes sociais, uma das tendências da estruturação urbana passou a ser a da separação: tanto dos locais de trabalho e de consumo, como das áreas residenciais das classes sociais, que até então, se formavam predominantemente no mercado portuário: os negociantes, comissários, funcionários da CDS dirigiam-se para a Barra (orla da praia, antes ocupada somente com mansões dos barões de café), deixando o Valongo e o Paquetá (região central. Zonas 1 e 2).

Nasceram também as localizações intra-urbanas (Villaça, 1998): a cidade passou a ter áreas e pontos diferenciados, cada um com uma função e um significado social. A acessibilidade e a facilidade de deslocamento passaram a valorizar e definir a localização das áreas residenciais. Criou-se uma rede de transporte e de vias urbanas para facilitar o deslocamento, privilegiando a classe de alta renda, como vimos em parágrafos anteriores. As classes trabalhadoras, expulsas dos cortiços, não tinham como acompanhar a valorização e partiram para a autoconstrução dos chalés de madeira, invadindo terrenos do Marapé, Campo Grande, as encostas do Morro, ou se dirigindo para os próprios morros, como conta novamente Andrade (1989, p.212-215).

A drástica reforma social sanitária que destruiu a única moradia possível para boa parte da classe trabalhadora da época (os cortiços), o aumento do preço das terras e a própria desapropriação de terrenos para as reformas<sup>15</sup> deslocaram boa parte dessa população para a zona noroeste da ilha, longe das praias, ao pé dos morros, em direção a São Vicente. Nesses novos bairros a ocupação foi desordenada, até hoje a mais pobre e a que mais cresce. Houve também aqueles que se deslocaram para as terras defronte ao porto, na Ilha de Santo Amaro, formando o distrito de Vicente de Carvalho, hoje pertencente ao município de Guarujá. Iniciou-se desde aí a “periferização”: o afastamento das classes pobres das áreas centrais da cidade para as periferias.

---

<sup>15</sup> Esse conjunto de reformas urbanas (construção do cais, dos canais, da rede de drenagem, etc) não foi feito pacificamente. Houve muita luta da população local, sobretudo da classes trabalhadoras que tinham seus terrenos desapropriados, sem recursos para reavê-los (pois passavam a valer muito mais). Lanna (1996) e Gitahy (1992) analisam esse aspecto político da remodelação de Santos e demonstram como em Santos a questão da moradia expôs claramente a luta de classes.

É possível ouvir a história da cidade pela história da vida de nossos entrevistados idosos. Contando sobre seus pais ou falando de si mesmos nos demonstram claramente como participaram de processos de sucessão entre zonas urbanas, tanto por ascensão social como por limitações impostas pelos movimentos do mercado imobiliário e do poder público local. Assim conta o casal Aurélio, de 74 anos, mineiro que veio trabalhar na Companhia Docas de Santos (CDS) e Laurinda, 71 anos, portuguesa costureira que chegou ao Brasil com seis anos de idade<sup>16</sup>.

Nos seus primeiros anos em Santos, Aurélio morou em duas pensões próximas ao Porto, que era a mesma zona central da cidade, podendo ser considerada para nós como a zona de primeira fixação de imigrantes. Depois que se casaram, para ter uma casa só para eles, foram para o bairro Jardim Rádio Clube, na Zona Noroeste (zona periférica mais distante do centro e da praia, que é na parte sul) e lá permaneceram durante as décadas de 1950 e 1970. Hoje moram no Marapé (bairro de classe média entre o centro e a praia, Zona 3). Nos trechos a seguir, podemos identificar como a zona central foi se expandindo e como, de fato, os bairros da periferia nascente foram esquecidos (Araújo Filho 1965). Enquanto nos anos 1930 já havia no Boqueirão e no Gonzaga (bairros beira-mar com setores residenciais de alta renda) bondes elétricos, no Rádio Clube nos anos 1950 não tinha nenhum tipo de condução:

*Laurinda: Hoje a gente vê aquilo lá e não imagina! A gente não tinha nada. Morávamos lá sem água, sem luz e sem condução. Até chegar na Nossa Senhora de Fátima [principal avenida da Zona Noroeste, que liga todos os bairros], eu estava grávida da minha segunda filha. Carregava água com carrinho de mão porque não ia o caminhão da prefeitura...*

*Juliana: Não tinha água encanada?*

*Laurinda: Não. O caminhão da prefeitura levava de noite e tinha umas caixas [caixas d'água] espalhadas no bairro. (...)*

*Aurélio: No Rádio Clube era [casa] própria. Aí alugamos lá e viemos para cá [bairro Campo Grande, Zona Leste, pode ser considerado como da terceira zona urbana] porque para a minha filha mais velha era muito dificultoso o negócio de condução; tinha que andar uma meia hora de casa até a linha do ônibus na avenida para pegar uma condução para cá. E ela estudava de dia e de noite; às vezes ela chegava em casa duas horas da manhã e de manhã tinha que levantar cedo porque ela tinha arranjado um emprego na Alfândega [centro, próxima ao Porto]. (...) Era aquela dificuldade, então resolvemos alugar a casa lá no Rádio Clube e alugamos aqui na Clemente Pereira [bairro Campo Grande] Ali moramos uns 12 anos de aluguel. Então, quando me aposentei eu tinha o meu fundo de garantia e alguma bobaginha mais... Então eu falei para Laurinda: "olha, eu vou aposentar, tenho casa lá no Rádio Clube e vou ficar aqui pagando aluguel? Vamos dar um jeito" (...) Aí foi quando vimos a casa lá na Manoel Tourinho, no Macuco [bairro próximo ao centro, zona de transição]*

<sup>16</sup> Os nomes dos entrevistados são fictícios, já que foi acordado entre eles que suas identidades seriam preservadas. A entrevista a seguir fez parte da pesquisa de campo na dissertação de mestrado da autora.

*Laurinda: Perto da Xavier Pinheiro.*

*Aurélio: É, aí deu para gente fazer negócio então... Quando a gente foi para lá ainda era bom... (...) quando tinha o Portuários [clube de lazer Associação Atlética dos Portuários] ali era bom, mas agora não presta [para morar]. Então a gente morava ali e era legal porque sempre tinha movimento e tudo...Aí ficamos lá... Mas depois que o Portuários saiu dali, aquilo ficou um deserto! A gente ficou isolado para caramba.*

*Laurinda: Todo mundo vendeu as casas.*

*Aurélio: Aí depois abriram um frigorífico geminado na minha parede e começou a estragar coisa lá... Eu falava lá com dono, inclusive o dono ajeitava, e coisa e tal... Aí um belo dia, apareceram os crentes da Assembléia Deus perguntando se eu queria vender a casa.*

*(...)*

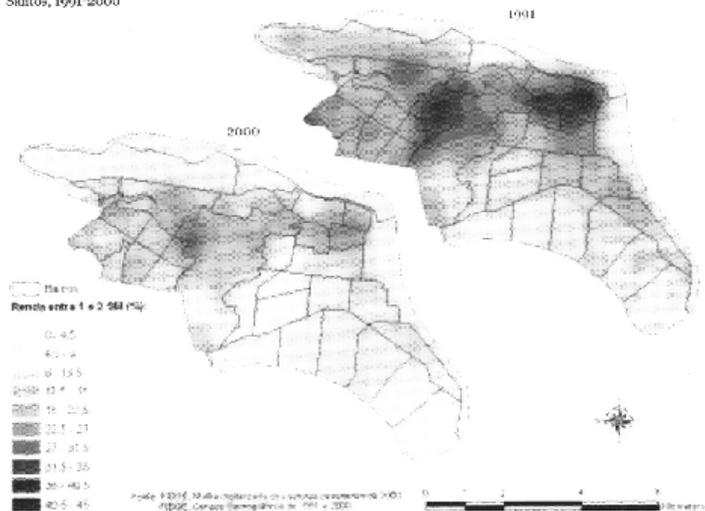
*Laurinda: Ficou tudo comercial. Depois ficaram construindo umas coisas... construíram uma faculdade, tem um estúdio, tem uma igreja que tem outro nome lá...*

*Juliana: E só vocês morando por ali?*

*Laurinda: Só, ali sozinhos... (...) Então nós fomos à imobiliária onde tínhamos comprado a outra casa, lá na Manoel Tourinho e aí ele falou "olha a casa que a senhora gostou [uma cada de dois quartos no Marapé, Saturnino de Brito, área residencial de classe média] está a venda de novo." (...) Isso foi há 10 anos atrás... [a casa onde essa entrevista foi realizada].*

Como vimos no começo deste texto, a maior parte da população idosa santista não é migrante: ou é natural ou está na cidade há muitos anos. No entanto, ela vem crescentemente ocupando os melhores setores residenciais da cidade, como podemos observar na comparação dos mapas georreferenciados produzidos por Jakob (2003). Isso nos leva a duas hipóteses: 1) há uma espécie de "migração intra-urbana" de uma população que residia na cidade em bairros "interiores" para a orla ou o mais próximo possível, ou seja, que os idosos participam da expansão dos setores residenciais que perseguem aqueles mais próximos da classe de alta renda (os setores praianos) e 2) que os moradores de tais setores residenciais estão envelhecendo e conseguem acompanhar a dinâmica estrutural urbana sem precisar mudar-se para setores com habitação mais barata.

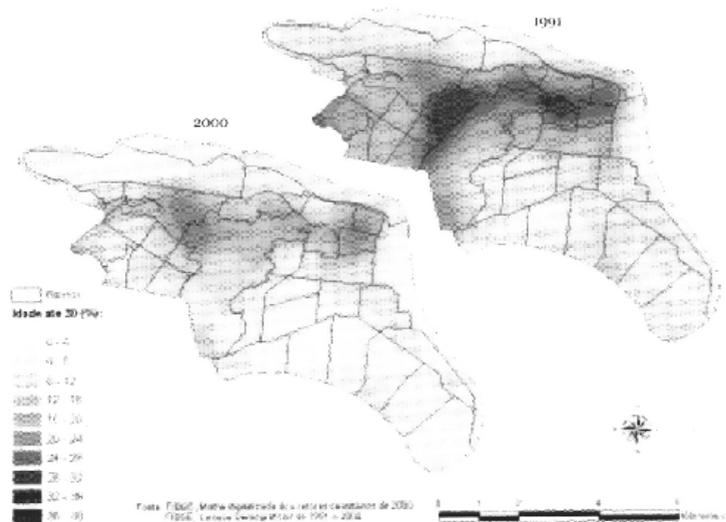
Porcentagem de Chefes com Renda entre 1 e 2 salários mínimos  
Santos, 1991-2000



**Figura 2: Porcentagens de chefes de domicílio com 70 anos ou mais em 1991 e 2000 de acordo com os Censos 1991 e 2000 do IBGE.**

Extraído de Jakob, 2003, p.118.

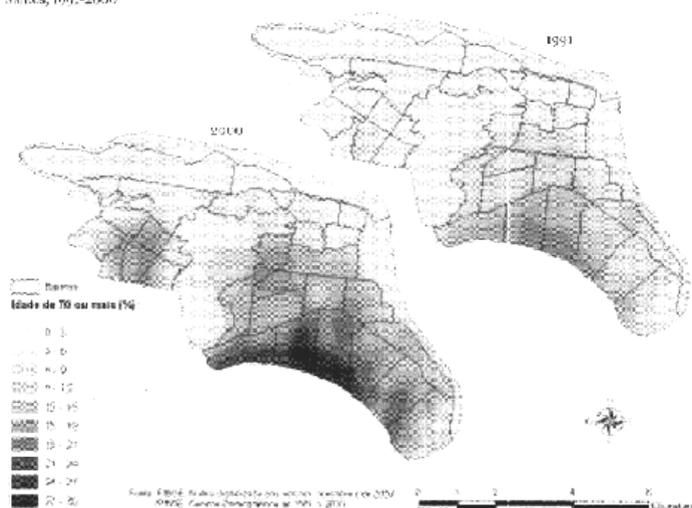
Porcentagem de Chefes com Idade até 30 anos  
Santos, 1991-2000



**Figura 3: Porcentagem de chefes de domicílio com até 30 anos de idade em Santos, de acordo com os Censos 1991 e 2000 do IBGE.**

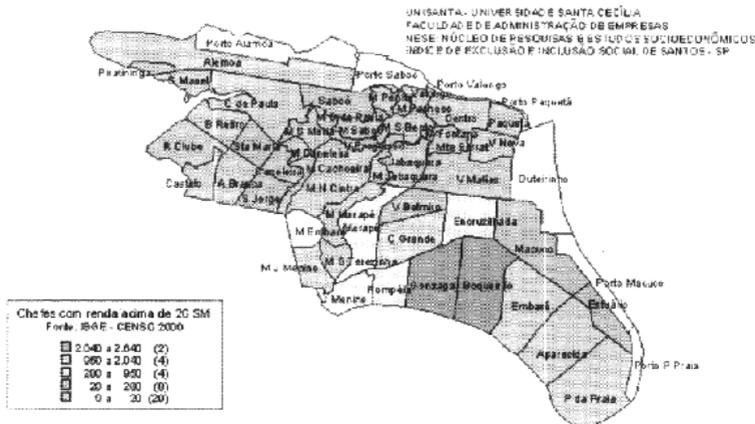
Extraído de Jakob, 2003.

Porcentagem de Chefes de domicílio com renda de 1 a 2 salários mínimos, de acordo com os Censos de 1991 e de 2000 do IBGE.



**Figura 4: Porcentagem dos chefes de domicílio com renda de 1 até 2 salários mínimos, de acordo com os Censos de 1991 e de 2000 do IBGE.**

Extraído de Jakob, 2003, p. 121.



**Figura 5: Mapa extraído de NESE-UNISANTA (2006), disponível em <http://www.nese.unisanta.br>**

O bairro do Boqueirão é a tradicional área residencial de alta renda, enquanto o bairro da Ponta da Praia é o bairro que mais cresce em residências de luxo. O seguimento de 60 a 80 anos, é a faixa etária predominante dos idosos que se mudaram recentemente e da pequena parte que veio de outra cidade. Talvez aqui possamos assinalar que parte dos idosos migrantes estão preferindo esse bairro, sendo, portanto, parte da classe de alta renda que começa a ocupar a Ponta da Praia.

O bairro do Gonzaga, o segundo com mais chefes de domicílio com renda acima de 20 salários mínimos, tem mais idosos entre os 60 e 64 anos do que nos outros intervalos etários. Foi um bairro bastante mencionado nas nossas entrevistas sobre mudança recente de residência, e pode estar sendo alvo preferido do deslocamento das residências de idosos. Nas entrevistas, ouvimos que morar no Gonzaga é melhor porque dá para “fazer tudo a pé” e está perto da praia e do “movimento”. Foi a centralidade do Gonzaga, isto é, o fato de concentrar serviços e comércio variados atraindo consumidores de toda a cidade, sobretudo os da classe média, que apareceu como o fator decisivo pela escolha desse bairro para os entrevistados, além do fato de ser um bairro residencial voltado para a praia. No estudo sobre envelhecimento populacional e espaço urbano de Peloso e Costa, (2006) sobre São José dos Campos, também observamos que a população idosa se fixa nas regiões centrais ou próximas aos setores residenciais de alta renda. Esse é exatamente o caso do Gonzaga.

Na pesquisa de campo referida anteriormente percorremos a cidade fazendo entrevistas nas ruas, nas praças, na praia e nos pontos mais freqüentados pelos idosos. Foram recorrentes casos como este contado pelo Sr. Haroldo, aposentado:

*Juliana: Onde o senhor mora?*

*Haroldo: Bartolomeu de Gusmão. [avenida da orla da praia que começa no canal 5 e vai até a avenida portuária, na Ponta da Praia].*

*(...)*

*Juliana: O senhor sempre morou no mesmo endereço?*

*Haroldo: Não. Já morei no Macuco, no Campo Grande, na Encruzilhada, na Ponta da Praia e Aparecida, (...) sempre procurando melhorar as condições de moradia. Hoje estou morando num apartamento de três dormitórios de frente para a praia.*

*(...)*

*Juliana: O senhor é santista?*

*Haroldo: Sim.*

E ainda o senhor João Ricardo:

*Juliana: O senhor sempre morou em Santos?*

*João Ricardo: Não, eu morava em Minas e vim para cá em 1945.*

*Juliana: E senhor sempre morou neste mesmo endereço?*

*João Ricardo: Não.*

*J: Em qual foi o seu primeiro endereço?*

*João Ricardo: Tive várias mudanças, primeiro eu morei na Alfredo Shamas nº 7 [Marapé], depois morei na Bernadino de Campos, 91 [Vila Belmiro] e depois onde eu vivi mais tempo foi na Av. Ana Costa, 414 [Limites entre Encruzilhada e Gonzaga].*

*Juliana: E aí por que o senhor veio para a Bartolomeu de Gusmão?*

*João Ricardo: Porque eu criei meus filhos nesta casa, uma casa muito grande, muito grande....Eu acho, modéstia à parte, que era a casa mais bonita de Santos [que era na Ana Costa].*

*Juliana: Agora o senhor está na Bartolomeu de Gusmão?*

*João Ricardo: Na Bartolomeu de Gusmão, no apartamento.*

*Juliana: E por que o senhor decidiu ir para lá?*

*João Ricardo: Porque eu pensei que não ia me acostumar em lugar nenhum, mas acontece que a vista para o mar me deixa enebriado! Me faz muito bem ver o mar.*

Dentre o nosso universo de entrevistados, esse deslocamento apareceu mais para os bairros mais valorizados. Os idosos residentes nos bairros predominantemente de classe média (Campo Grande, Marapé, Vila Belmiro, Vila Matias, Encruzilhada, ver figura 3) praticamente moraram sempre no mesmo bairro ou em imediações. Os que realizaram mais mudanças são os que estão residindo hoje na orla da praia ou próxima dela, como o Sr. Artur.:

Artur: Moro aqui perto, na Rua Firmino Barbosa.

Juliana: Perto da praia?

Artur: Não, a umas três quadras, entre o Sítio Libanez e o Tennis Clube [bairro Boqueirão].

Juliana: O senhor nasceu em Santos?

Artur: Nasci.

Juliana: E o senhor sempre morou nesse endereço?

Artur: Morei no Macuco até 72, com minha mãe na rua Nove. De 72 até 75 eu morei na Ponta da Praia com minha irmã, depois eu mudei para o Marapé, depois morei na Osvaldo Cruz, no Boqueirão, e quando foi no fim de 75 por problemas políticos eu saí, fui para Salvador, em 76 fiquei em Salvador, 77 voltei para São Paulo e fiquei lá até 82 aí eu fui para Europa, voltei em 83 e fui morar na Ponta da Praia. Depois fui comprar meu apartamento no Marapé e morei lá até 97, quando comprei casa em Águas de São Pedro, depois comprei um apartamento aqui no Boqueirão moro em Águas de São Pedro e em Santos.

Juliana: Por que o senhor escolheu morar aqui no Boqueirão?

Artur: Porque é um apartamento térreo, que já é uma grande vantagem, você mora perto do comércio, você mora perto do Gonzaga, que é o centro cultural da cidade, você mora perto de todo bom comércio, moro a um raio de uns 500 m, moro perto do Carrefour, do Pão do Açúcar, a uns 800 m do Extra...

Já o Sr. Mourão, que encontramos numa pracinha do Campo Grande e foi “nascido e criado” em Santos, ficou sempre no mesmo bairro:

*Mourão: Tem uns 15 anos que eu moro na Evaristo da Veiga.*

Juliana: E o senhor sempre morou lá?

*Mourão: Depois que minha senhora faleceu, fez 15 anos.*

Juliana: Antes morava onde?

*Mourão: Morei na Rua Espírito Santo, morei na Rua Arnaldo de Carvalho que é ali perto...*

Juliana: Sempre no mesmo bairro?

*Mourão: Sim (...) Morava toda a família lá, desde 1920 eu e papai viemos para o Campo Grande. Aqui era tudo mato, chácara de japônês ...*

Com as informações que obtivemos na nossa pesquisa de campo e as tendências indicadas pelos mapas acima, nos parece existir uma “migração intra-urbana” idosa para bairros da orla da praia, com ênfase nos bairros de mais alta renda (Boqueirão e Ponta da Praia). Pelas trajetórias residenciais narradas por alguns entrevistados, podemos considerar esse fenômeno como um processo de sucessão

movimentado pela população aposentada em direção aos melhores setores residenciais. É entre 55 e 60 anos predominantemente (de acordo com o que pudemos constatar nas entrevistas em localidades variadas) que acontece a aposentadoria e a mudança do arranjo familiar (quando os filhos deixam de morar com seus pais). Nessa fase então, esses senhores e senhoras que moravam em bairros mais próximos da zona central encontram o momento propício para buscar uma residência mais confortável, num ambiente (natural e construído) mais aprazível, e com menos despesa (um apartamento menor). Daí a busca pelos apartamentos construídos outrora para veraneio na praia e pelos que estão sendo construídos em quarteirões imediatamente atrás da orla da praia, como vemos nos bairros Pompéia e Ponta da Praia.

Camarano (2004) mostrou que os idosos brasileiros como um todo, estão com renda melhor do que os jovens entre 15 e 24 anos. A faixa de menor renda entre os idosos está com renda maior que a faixa de melhor renda entre os jovens, em média. Em Santos essa relação não é diferente e isso é possível de ser observado também espacialmente. Novamente, Jakob (2003) nos mostra, com dados demográficos georreferenciados, como a localização dos chefes de domicílio com até 30 anos de idade coincide com a localização dos chefes de domicílio que percebem até 2 salários mínimos. E, por outro lado, os bairros com mais chefes de domicílio com 70 anos ou mais de idade são os mesmos que contêm mais chefes de domicílio com renda acima de 20 salários mínimos.

As famílias chefiadas por idosos estão em melhores condições econômicas que as com jovens chefes de família. Dessa forma, os domicílios com idosos sobrevivem mais ao processo de periferização das classes pobres, diferentemente daqueles de famílias jovens, que cedem à pressão de abandonar o município santista destinando-se aos municípios próximos a Santos, como Praia Grande.

Com o auxílio dos dados demográficos, das informações dos entrevistados e buscando caracterizar os setores residenciais dentro de uma estrutura urbana, podemos inferir que o envelhecimento populacional em Santos resulta de uma seletividade advinda processo de estruturação urbana historicamente segregador. A maior parte dos idosos santistas que se concentra nos quarteirões próximos ao mar seriam aqueles que conseguiriam permanecer e até avançar sobre os melhores setores residenciais, sobrepujando e até reforçando o processo atual de estruturação urbana.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO FILHO, J.R. "A expansão urbana de Santos" In: DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA FACULDADE DE FISOLOGIA E CIENCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *A Baixada Santista, aspectos geográfico*. Vol. 3: *Santos e as Cidades Balneárias*. Edusp, 1965.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA BAIXADA SANTISTA, *Introdução à Formação Econômica da Baixada Santista*. Gráfica da PRODESAN, Santos, 1984.

BERQUÓ, E.; "Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil" In: NERLANITA e DEBERT, Guita (Orgs), *Velhice e Sociedade*, Campinas: Papius, 1999. p.11-39.

BERQUÓ, E.; BAENINGER, R. “*Os idosos no Brasil: considerações demográficas.*” Campinas, outubro 2000. (Textos NEPO, nº 37).

BURGESS, E. “O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa”, traduzido de *The City* – University of Chicago Press, 1925 por Olga Dória, In: PIERSON, Donald. *Estudos de Ecologia Humana – Leituras em Sociologia e Antropologia Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

BURGESS, E. “As áreas urbanas” in *An experiment in Social Science Research* – University of Chicago Press, Chicago, 1929. Traduzido por Mário Eufrásio.

CAMARANO, A. A. (Org). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* IPEA, Rio de Janeiro, 2004.

CARRIÇO, J.M. *Legislação Urbanística e segregação espacial nos municípios centrais da Região Metropolitana da Baixada Santista*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Plano de Saturnino de Brito para Santos: urbanismo e planejamento urbano entre o discurso e a prática*. Disponível em: <http://www.canaisdesantos.com.br>. Acesso em junho de 2006.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

COSER, L. A. “Tendências Americanas” In: BOTTOMORE, T. NISBET, R. (orgs). *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DIÉGUEZ, C. M.A.D. “De Carregadores a Multifuncionais: a nova identidade do trabalhador do Porto de Santos”. Relatório de Qualificação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Dezembro de 2005, São Paulo.

EUFRASIO, M. A. “A Delimitação da Sociologia na Escola de Chicago”, mimeo. São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. M.A. *Estrutura Urbana e Ecologia Humana: a escola de Chicago (1915-1940)*, Editora 34, São Paulo, 1999.

FREITAS, N. “A Aposentadoria Especial no Brasil”, artigo publicado no sítio do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho –INST/CUT, 1998, disponível em <http://www.instcut.org.br/pre01.htm>.

GITAHY, M.L.C. *Ventos do Mar: Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. Editora da Unesp e Prefeitura Municipal de Santos, São Paulo, 1992.

HOYT, H. *The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American cities*. United Government Printing Office, Washington, 1939.

JAKOB, A.E. *Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000*. Tese de Doutorado defendida no Núcleo de Estudos da População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO-UNICAMP), Campinas 2003.

LANNA, A.L.D. *Uma Cidade na Transição: Santos: 1870-1913*, Editora Hucitec, São Paulo-Santos, 1996.

NESE – Núcleo de Estudos Sócio-Econômicos da UNISANTA. *Índice de Exclusão Social e inclusão Social – Santos-SP*, 2006. disponível em <http://www.nese.unisanta.br/>

OLIVEIRA, J. A. “*Terceira Idade*” e cidade: o envelhecimento populacional no espaço intra-urbano de Santos. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, defendida em 09 de março de 2007.

PARK, R.E.P. “A Cidade: Sugestões para Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano” in VELHO, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.

PELLOSO, L.A. COSTA, S.M.F. *Caracterização do processo de envelhecimento da população e o município de São José dos Campos*. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, realizado em Caxambu-MG de 18 a 22 de setembro de 2006.

RUFATO, M. *Sucessão de Imigrantes no bairro do Bom Retiro*. Comunicação no Encontro Anual do Centro de Estudos Rurais e Urbanas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2004.

VILLAÇA, F. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. Studio Nobel/FAPEESP, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. “Os Efeitos do Espaço sobre o Social” In: SOUZA, Maria Adélia *et al* (orgs) *Metrópole e organização: conhecendo a cidade de São Paulo*, CEDESP, São Paulo, 1999.

**Abstract:** The sociodemographic analysis of the current aged population and the study of the formation of Santos, Brazil as an organized urban structure reveal that the location of middle-class residential areas occupied by the medium-class elderly population (which corresponds to 60% of the total elderly population in the city) follows the main historical tendency of the process of the formation of urban structure: that of the spatial separation of the social classes. As the majority of the aged population has a better and more certain income than families in the beginning of the life cycle they can keep up with the rising values of residential areas within the city, especially the ones near the high-class areas. Indeed, it is possible to observe the intra-urban migration of middle-class retirees. At the same time, young working families at the beginning of the life cycle have been forced to relocate to the suburban cities of the Metropolitan Region of Santos, which still offer more affordable residences.

**Keywords:** Urban structure. Population aging. Santos.